

Fernando de Noronha é um arquipélago brasileiro do estado de Pernambuco. Formado por 21 ilhas, ilhotas e rochedos de origem vulcânica, ocupa uma área total de 26 km² — dos quais 17 km² são da ilha principal — e se situa no Oceano Atlântico a nordeste do Brasil continental, distando 545 km da capital pernambucana, Recife. O centro comercial da ilha é o núcleo urbano de Vila dos Remédios. A administração do Parque Nacional está atualmente a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).[8]

Avistada pela primeira vez entre 1500 e 1502, tem sua descoberta atribuída a uma expedição comandada pelo explorador Fernão de Loronha, embora haja controvérsias; porém é certo que o primeiro a descrevê-la foi Américo Vespúcio, em expedição realizada entre 1503 e 1504. Primeira capitania hereditária do Brasil, o arquipélago sofreu constantes invasões de ingleses, franceses e holandeses entre os séculos XVI e XVIII. Em 24 de setembro de 1700, Fernando de Noronha tornou-se, por carta régia, dependência de Pernambuco, capitania com a qual já tinha uma ligação histórica. Em 1736, a ilha foi invadida pela Companhia Francesa das Índias Orientais, passando-se a chamar Isle Dauphine, porém, no ano seguinte, uma expedição enviada pelo Recife expulsou os franceses.[9]

Em 1942, com a Segunda Guerra Mundial, o arquipélago tornou-se território federal, cuja sigla era FN, passando a servir como base avançada de guerra; mas voltou à administração pernambucana quatro décadas e meia depois, no ano de 1988.[9][10][11] Atualmente Fernando de Noronha constitui um distrito estadual de Pernambuco, e é gerida por um administrador-geral designado pelo governo do estado.[9]

Após uma campanha liderada pelo ambientalista José Truda Palazzo Júnior, em 14 de outubro de 1988 a maior parte do arquipélago foi declarada Parque Nacional, com cerca de 11 270 ha,[8] para a proteção das espécies endêmicas lá existentes e da área de concentração dos golfinhos rotadores (*Stenella longirostris*), que se reúnem diariamente na Baía dos Golfinhos — o lugar de observação mais regular da espécie em todo o planeta. No ano de 2001 a UNESCO declarou Fernando de Noronha Patrimônio Natural da Humanidade.[12] A fauna é tão rica que pesquisadores continuam descobrindo novas espécies endêmicas de peixes na região -- em 2020, uma expedição descobriu quatro novas espécies de peixes ainda não descritas pela ciência.

História

Descoberta

Arquipélago de Fernando de Noronha, maio de 2022.

Muitas controvérsias marcam o descobrimento do arquipélago pelos europeus. Pelo menos três nomes — São Lourenço, São João e Quaresma — têm sido associados com a ilha na época de sua descoberta. O que se sabe como certo é que várias expedições alcançaram a costa brasileira entre 1500 e 1503 e que a existência do arquipélago era conhecida em Lisboa pelo menos desde antes de 16 de janeiro de 1504, quando o rei D. Manuel I de Portugal fez mercê da "ilha de São João" a Fernão de Loronha — cavaleiro da Sua Casa, cristão-novo, grande comerciante e armador — como uma capitania hereditária, citando o beneficiado [com ou sem razão] como descobridor da ilha.[13][14] Ver nota: [15]

A ilha sem dúvida havia sido descoberta algum tempo antes disso, mas há mais de um século o autor, a data precisa e as circunstâncias do achado vêm dando motivo para muitos debates. Uma das propostas é de que ela foi descoberta por uma expedição de mapeamento portuguesa que foi enviada em maio de 1501. A expedição de 1501 também é conhecida como a "terceira viagem" de Américo Vespúcio (e sua primeira sob a bandeira portuguesa). Vespúcio relaciona esta expedição duas vezes — primeiro em uma carta a Lorenzo Pietro Francesco de Medici, escrita no início de 1503, e de novo em suas cartas a Piero Soderini, escritas em 1504-1505.[16] Em sua carta, Vespúcio não menciona o nome do capitão dessa expedição de 1501 e sua identidade tem sido especulada. O cronista do século XVI Gaspar Correia sugeriu que era André Gonçalves.[17] Greenlee (1945) analisou vários nomes possíveis — e se instalou na conjectura de que poderia ser o próprio Fernão de Loronha, hipótese também sugerida por Duarte Leite (1923). Loronha pode ter recebido crédito na descoberta por ter sido o principal financiador de um consórcio de comerciantes que ambicionava explorar as ricas florestas de pau-brasil, que estava em atividade por mercê régia desde 1501, e que manteve um ativo comércio até aproximadamente a década de 1540. Sem dúvida Loronha foi um dos

financiadores da expedição de 1503-1504, sob o comando do capitão Gonçalo Coelho, que levou Vespúcio a bordo, e Loronha pode ter estado a bordo de uma das naus que em 24 de julho de 1503 avistaram a ilha então chamada da Quaresma, rebatizada em seguida como Ilha de São João, e que mais tarde levaria seu nome. Porém, a historiografia recente considera pouco provável que Loronha tenha participado pessoalmente de qualquer das viagens.[13][14]

A expedição de Coelho é também conhecida com a "Quarta Viagem" de Vespúcio e é relatada na carta a Soderini.[18] A nau capitânia da expedição atingiu um recife e naufragou perto da ilha e a tripulação e a carga tiveram que ser resgatados. Sob ordens de Coelho, Vespúcio ancorou na ilha e passou uma semana lá, enquanto o resto da frota de Coelho ficou ao sul. Em sua carta a Soderini, Vespúcio descreve uma ilha desabitada e relata o seu nome como "ilha de São Lourenço" (10 de agosto é o dia da festa de São Lourenço, era um costume de explorações portuguesas nomear locais de acordo com o calendário litúrgico). Os historiadores têm ainda a hipótese de que um navio perdido da frota de Coelho, sob o comando de um capitão desconhecido, pode ter retornado para a ilha (provavelmente no dia 29 de agosto de 1503, dia da festa da decapitação de São João Batista) para pegar Vespúcio, mas não o encontrou ou a qualquer outra pessoa e voltou para Lisboa com a notícia.[19] Vespúcio, em sua carta, afirma que ele deixou a ilha em 18 de agosto de 1503 e em sua chegada a Lisboa um ano depois, em 7 de setembro de 1504, o povo da cidade foi surpreendido, uma vez que "tinha sido dito" que o navio havia se perdido.[20] Como Vespúcio não regressou a Lisboa até setembro de 1504, a descoberta deve ter sido anterior. O principal problema para as versões que se apoiam na famosa Carta ao Soderini é que a crítica moderna considera a carta uma falsificação.[13]

Detalhe do Planisfério de Cantino, de 1502, mostrando a ilha de "Quaresma" na costa brasileira.

Mapa de Fernando de Noronha, 1886. Arquivo Nacional.

Uma ilha, chamada Quaresma, parecendo muito com a ilha de Fernando de Noronha, aparece no Planisfério de Cantino de 1502. O mapa de Alberto Cantino foi composto por um cartógrafo português anônimo e terminado antes de novembro de 1502, bem antes da expedição de Coelho ser estabelecida. Isso levou à especulação de que a ilha foi descoberta por uma expedição anterior. Entretanto, não há consenso sobre qual expedição que poderia ter sido a pioneira. O nome, "Quaresma", sugere que o arquipélago deve ter sido descoberto em março ou início de abril, o que não corresponde bem com expedições conhecidas. Há também uma misteriosa ilha vermelha à esquerda de Quaresma no mapa de Cantino, que não se encaixa com a ilha de Fernando de Noronha. Alguns explicaram estas anomalias lendo quaresma como anaresma (de significado desconhecido, mas que evita o período da Quaresma),[21] e propuseram que a ilha vermelha é apenas uma mancha acidental de tinta.[22] Alguns historiadores modernos têm proposto que o arquipélago de Fernando de Noronha não está representado no mapa de Cantino. Em vez disso, eles propuseram que a ilha Quaresma e a "mancha de tinta" vermelha que acompanha são, na verdade, o Atol das Rocas, um pouco deslocado no mapa. Roukema concluiu que o Atol das Rocas é que foi descoberto pelo "navio perdido", que retornou em 16 de março de 1502, bem dentro do tempo da Quaresma.[23]

De acordo com Vespúcio, a expedição de 1501 retornou a Lisboa em setembro de 1502, ainda a tempo de influenciar a composição final do mapa de Cantino. Infelizmente, Vespúcio não relata ter descoberto esta ilha; na verdade, ele é bastante claro que a primeira vez que ele (e seus companheiros marinheiros) viu a ilha foi na expedição de Coelho em 1503. No entanto, uma carta escrita pelo emissário veneziano Pascualigo em 12 de outubro de 1502, e citada no diário de Marino Sanuto, relata que um navio chegou "da terra dos papagaios" em Lisboa no dia 22 de julho de 1502 (três meses antes Vespúcio).[24] Este poderia ser um navio perdido da expedição de mapeamento que retornou prematuramente, sobre a qual ainda não há informação.[25] O momento da sua famosa chegada (julho de 1502), faz com que seja possível que ele tenha passado pela ilha em algum momento de março de 1502, na viagem de volta, bem dentro do período da Quaresma.

Uma outra teoria é de que a ilha foi descoberta já em 1500, logo após a chegada ao Brasil da Segunda Armada da Índia, sob a liderança de Pedro Álvares Cabral. Após sua breve parada em terra firme em Porto

Seguro, na Bahia, Cabral despachou um navio de suprimentos sob o comando de Gaspar de Lemos ou André Gonçalves de volta a Lisboa para relatar a descoberta. Este navio de abastecimento retornando teria seguido em direção ao norte ao longo da costa brasileira e pode ter chegado até a ilha de Fernando de Noronha e relatado a sua existência ao governo de Lisboa em julho de 1500.[26] No entanto, isso contradiz o nome Quaresma, uma vez que o navio de abastecimento partiu bem após o tempo da Quaresma. Uma quarta possibilidade (improvável) é que a ilha foi descoberta pela Terceira Armada da Índia de João da Nova, que partiu de Lisboa em março ou abril de 1501 e chegou de volta em setembro de 1502, também a tempo de influenciar o Planisfério de Cantino. O cronista Gaspar Correia afirma que na viagem de ida, a Terceira Armada fez uma parada na costa brasileira em torno do Cabo de Santo Agostinho.[27] Dois outros cronistas (João de Barros e Damião de Góis) não mencionam a terra firme, mas eles relatam a descoberta de uma ilha (que eles acreditam ser identificado como ilha de Ascensão, mas isso não é certo).[28] No entanto, o calendário é muito apertado: a Páscoa foi em 11 de abril de 1501, enquanto que a data prevista de partida da Terceira Armada de Lisboa varia de 5 março a 15 abril, não deixando tempo suficiente para chegar a esses locais dentro da Quaresma.

A transição do nome de "São João" para "Fernando de Noronha" foi, provavelmente, apenas pelo uso natural. A carta régia datada de 20 de maio de 1559, aos descendentes da família Noronha, ainda se refere à ilha por seu nome oficial, ilha de São João.[29] No entanto, em outros lugares por exemplo, o diário de bordo de Martin Afonso de Sousa na década de 1530 referia-se ao arquipélago como "ilha de Fernão de Noronha" ("Noronha" era um erro ortográfico comum de "Loronha"). O nome informal eventualmente se tornou o nome oficial.

Colonização e era moderna

O comerciante Fernão de Loronha não apenas recebeu a ilha como uma capitania hereditária, mas também de 1501 até 1512 deteve um monopólio sobre o comércio no Brasil. Entre 1503 e 1512, os agentes de Loronha configuraram uma série de armazéns (feitorias) ao longo da costa brasileira e envolveram-se no comércio de pau-brasil (uma madeira nativa que servia como corante vermelho e era altamente valorizada pelos costureiros europeus) com os povos indígenas locais. A ilha de Fernando de Noronha era o ponto de coleta central desta rede.[9]

O pau-brasil, continuamente colhido pelos índios costeiros e entregues aos vários armazéns litorâneos, era enviado para o armazém central no arquipélago, que era visitado por um navio de transporte maior que levava as cargas coletadas de volta para a Europa. Após o vencimento do alvará comercial de Loronha em 1512, a organização da empresa de pau-brasil foi assumida pela coroa portuguesa, mas Loronha e seus descendentes mantiveram a posse privada da ilha como uma capitania hereditária pelo menos até a década de 1560.[9] Embora valiosa como entreposto comercial, o primeiro donatário não manifestou interesse em povoar a ilha que batizou. Mesmo extinta a "capitania do mar", sua posse permaneceu na descendência de Loronha — que tampouco se preocupou com ela — até 24 de setembro de 1700.[30] Segundo o IBGE, "o donatário jamais tomou posse de suas terras que, abandonadas, atraíram as atenções de muitos povos, dentre os quais os alemães (que a abordaram em 1534), os franceses (também em abordagens em 1556, 1558 e 1612), os ingleses (em 1577), o holandeses (que nela se fixaram por 25 anos, entre 1629 e 1654) e os franceses (que aí viveram um ano, entre 1736 e 1737)".[31]

Há notícias de envio para a ilha de degredados, galés e militares condenados desde o século XVII. Em 1612 o missionário capuchinho Claude d'Abbeville esteve por alguns dias na ilha, relatando a existência de "um português em companhia de dezessete ou dezoito índios, homens, mulheres, e crianças, todos escravos, e para aqui desterrados pelos moradores de Pernambuco". No período da dominação holandesa (1630-1654), o arquipélago foi arrendado a Michel de Pavw, passando a se chamar Pavônia. Continuou a receber desterrados, agora holandeses. Retomando a posse do arquipélago, no final do século XVII os portugueses entenderam ser necessário fortificá-lo. Isso só ocorreu mais tarde, depois que uma Carta Régia de 24 de setembro de 1700 anexou-o à Capitania de Pernambuco.[13] Em 1736 a ilha foi invadida pela Companhia Francesa das Índias Orientais, passando-se a chamar Isle Dauphine, porém, no ano seguinte, uma expedição enviada pelo Recife expulsou os franceses.[9]

Em 1739, Pereira Freire organizou o governo da ilha, que passou a ser denominada Presídio de Fernando de Noronha. Com isso, foi levado a cabo o projeto das fortificações, encarregado ao engenheiro militar Diogo de Silveira Veloso, e foram erigidos os núcleos urbanos da Vila dos Remédios e de Quixaba. No final do século XVIII o presídio possuía cinco fortificações regulares, com 54 canhões. A guarnição contava com 213 praças, 190 oficiais, 144 soldados, 20 artilheiros e 30 índios. Havia ainda 6 empregados civis, dois capelães, um almoxarife, um escrivão do almoxarifado, um cirurgião e um sangrador.[13]

Em 1817, foi nomeado o capitão José de Barros Falcão de Lacerda para dismantelar as fortificações e levar para Pernambuco o destacamento militar e os sentenciados, mas em 3 de outubro de 1833 a ilha se tornou destino de condenados às galés pelo crime de falsificação de moeda e notas. Em 1844 havia 187 prisioneiros, incluindo 4 mulheres, sendo 75 condenados a pena de galés, 28 a pena de prisão com trabalho forçado e 84 a de prisão simples. Um decreto de 5 de março de 1859 atualizou sua vocação prisional, tornando-a destino dos condenados a pena de prisão "quando no lugar em que se devesse executar a sentença, não houvesse prisão segura, precedendo neste caso, ordem do Governo". O decreto especificava que para lá seriam mandados condenados a galés por falsificação, militares condenados a seis anos ou mais de trabalhos públicos ou de fortificações, militares condenados a galés por mais de dois anos, e os degradados. As condições eram péssimas. Um relatório dos ministros da Guerra em meados do século XIX cita que "repugnava aos sentimentos de humanidade e aos preceitos mais triviais de decência que continue a prática bárbara de privar a estes infelizes segregados do resto do mundo até o indispensável para se alimentarem e cobrirem sua nudez". Em 1873 havia 1.414 prisioneiros, e nesta época pensava-se em reformar o presídio e transformá-lo em colônia penal agrícola, mas nada mudou. Em 1885 a ilha abrigava 2.364 presos, e se tornava difícil mantê-los sob controle, sendo impostos castigos exemplares que causaram escândalo. Notícias na imprensa citam castigos de açoites e tronco, e muitas eram as acusações de abuso e má administração. Após 1889 o Governo Republicano reconheceu "serem de suma gravidade os abusos e irregularidades há muitos anos denunciados por todas as comissões inspetoras" durante o governo imperial. Reconhecendo ainda que "eram notórias as dificuldades de repressão e dos atos judiciais", o decreto n. 854, de 13 de outubro de 1890, criou o juiz de direito com plena jurisdição civil e criminal, o promotor público e escrivão de Fernando de Noronha. Em 1891 o arquipélago foi integrado ao Estado de Pernambuco, mantendo um presídio administrado pela Secretaria de Estado da Justiça, que funcionou até 1910.[13]

Expedições científicas

O capitão Henry Foster parou na ilha durante sua expedição de pesquisa científica como comandante do HMS Chantecler, que havia sido estabelecido em 1828. Para fazer o levantamento das costas e correntes oceânicas, Foster usou um pêndulo de Kater para fazer observações sobre a gravidade.[32] Ele usou a ilha como o ponto de junção de sua linha dupla de longitudes que estabeleceram a sua pesquisa. Foi-lhe dada uma assistência considerável pelo Governador de Fernando Noronha, que deixou Foster usar parte de sua própria casa para os experimentos com o pêndulo.[33] A longitude do Rio de Janeiro feita por Foster estava entre aquelas em um lado de uma discrepância significativa, o que significava que os gráficos da América do Sul estavam em dúvida.

Para resolver isso, o Almirantado instruiu o capitão Robert FitzRoy a comandar o HMS Beagle em uma expedição de pesquisa. Uma das suas tarefas essenciais foi uma parada em Fernando Noronha para confirmar sua longitude exata, usando os 22 cronômetros a bordo do navio para dar o tempo preciso de observações.[33] Eles chegaram à ilha no final da noite de 19 de fevereiro de 1832, ancorando à meia-noite. Em 20 de fevereiro, FitzRoy desembarcou em um pequeno pedaço de terra para tomar observações, apesar das dificuldades causadas por ondas fortes, e então navegou para a Bahia ainda naquela noite.[34]

Durante o dia, a ilha foi visitada pelo naturalista Charles Darwin, que era um dos passageiros do HMS Beagle. Ele tomou notas para seu livro sobre geologia. Ele escreveu sobre sua admiração com as madeiras: "Toda a ilha é uma floresta e é tão densamente interligada que exige grande esforço para passar. — O cenário era muito bonito e grandes magnólias, louros e árvores cobertas de flores delicadas deveriam ter me satisfeito. — Mas eu tenho certeza que toda a grandeza dos trópicos ainda não foi vista por mim... — Nós não vimos pássaros vistosos, nem beija-flores. Nem grandes flores."[35] Suas experiências em Fernando de

Noronha foram registradas em seu diário, mais tarde publicado como *The Voyage of the Beagle*.^[36] Ele também incluiu uma breve descrição da ilha em sua obra *Geological Observations on the Volcanic Islands*, de 1844, feita com base nas observações da viagem do HMS Beagle.^[37]

No início do século XX, os britânicos chegaram a prestar cooperação técnica em telegrafia (The South American Company). Mais tarde, os franceses vieram com o French Cable^[38] e os italianos com o Italcable.^[39]

Período contemporâneo

Representação da ilha em 1903

Detentos durante o trabalho na ilha em 1930.

O monoplane francês Couzinet 70 na ilha em 14 de junho de 1934

Em 1938 a ilha foi novamente requisitada pela União para tornar-se um Presídio Político Federal,^[30] destinado "à concentração de indivíduos reputados como perigos à ordem pública ou suspeitos de atividades extremistas".^[40] Em diversos períodos haviam sido recolhidos para lá presos políticos, como os ciganos em 1739, os farroupilhas em 1844 e os capoeiristas em 1890.^[30] Reportagem da revista O Cruzeiro, de 2 de agosto de 1930, descreve o presídio como "fantasma infernal para esses proscritos da sociedade", que viviam completamente alheios ao que se passava no resto do mundo, apesar de o Governo alegar que proporcionava aos presos "uma vida saudável de trabalho e de conforto".^[41] O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, foi preso lá após ser deposto do cargo de Governador de Pernambuco pelo golpe militar de 1964. Em 1957, a prisão foi fechada e o arquipélago foi visitado pelo presidente Juscelino Kubitschek.^[42]

Em 1942 tornou-se um território federal, administrado por militares, que incluía o Atol das Rocas e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo. A entidade administrativa durou 46 anos.^[30] Durante a Segunda Guerra Mundial, um aeroporto foi construído em setembro de 1942 pelas Forças Aéreas do Exército dos Estados Unidos para a rota aérea Natal-Dakar. É então fornecida uma ligação transoceânica entre o Brasil e a África Ocidental Francesa para carga, trânsito das aeronaves e pessoal durante a campanha dos Aliados na África. O Brasil transferiu o aeroporto para a jurisdição da Marinha dos Estados Unidos em 5 de setembro de 1944.^[43] Após o fim da guerra, a administração do aeroporto foi transferido de volta para o governo brasileiro. O Aeroporto de Fernando de Noronha é servido por voos diários de Recife e Natal, na costa brasileira.

Em 1972 abriu a primeira pousada para turistas. Fernando de Noronha foi incorporada ao Estado de Pernambuco em 1988, como um dos seus Distritos Estaduais, e no mesmo momento foi criado o Parque Nacional Marítimo de Fernando de Noronha, englobando 70% da área do arquipélago composto por 21 ilhas, ilhotas e rochedos, o que ajudou a preservar boa parte do seu patrimônio natural primitivo, enquanto se transformava em uma concorrida atração turística, reconhecida internacionalmente.^[30]

Base americana em Fernando de Noronha, 1959. Arquivo Nacional

Hoje a economia de Fernando de Noronha depende do turismo. Segundo a pesquisadora Glória Maria Widmer, em 2007 em Fernando de Noronha havia em atividade 9 agências de turismo, 132 locais de hospedagem, 26 restaurantes, 3 empresas de mergulho e passeios de barco, cinco empresas de aluguel de veículos, e havia muitas outras pessoas prestando uma grande variedade de serviços.^[30] Em 2001 o arquipélago foi declarado Patrimônio da Humanidade, incluindo o Atol das Rocas, como Sítio das Ilhas Atlânticas Brasileiras, reconhecendo o valor de sua rica biodiversidade e enfatizando a necessidade de sua proteção. A UNESCO citou os seguintes motivos para isso: a) a importância da ilha como área de alimentação para várias espécies, incluindo atum, peixe agulha, cetáceos, tubarões e tartarugas marinhas; b) uma elevada população de golfinhos residentes e c) proteção para espécies ameaçadas de extinção, como a tartaruga-de-pente e diversas aves.^[44] Para que sua riqueza se conservasse foram impostos limites ao fluxo de público e normas de conduta para ele.^[30] Na área do parque algumas atividades são

proibidas, conforme descreve o IPHAN: "caça e pesca submarina; introdução de animais e plantas; coleta de sementes, raízes, frutos, conchas, corais, pedras, e animais; alteração da vegetação local; visita as praias do Leão e do Sancho, no período de janeiro a junho, no horário das 18 às 6 horas; acampamentos e pernoites; mergulhos e parada de embarcações nas proximidades da Baía dos Golfinhos; visita a áreas públicas sem autorização; e escrita ou pichação em rochas, árvores ou placas".[45]

Esse turismo movimentado é baseado em grande parte no reconhecimento do seu valor como quadro de beleza cênica única e como valioso acervo de biodiversidade. A transformação criou novas exigências para o governo, que passou a se preocupar em atender às necessidades de novos residentes permanentes.[30] Segundo o IBGE, há "uma população remanescente dos diversos períodos vividos, acrescida daqueles que para aí vieram pelas mais diversas razões. Descendentes de presos comuns ou políticos, de guardas, de militares ou pessoas que para lá foram destacadas para prestarem serviços, acompanharem companheiros ilhéus ou simplesmente fazer turismo, compõem essa população, que chega [em 2010] a 2.500 pessoas, vivendo principalmente do turismo".[31]

É também considerada área de interesse histórico em função de sua associação ao comerciante Fernão de Loronha, seu primeiro senhor, um dos grandes exploradores do pau-brasil. Seu interesse advém ainda de sua história militar. Sob o comando do governo, na época do presídio os detentos construíram uma série de fortificações. Este conjunto arquitetônico foi um importante testemunho dos sistemas de defesa do século XVIII, e incluía dez edifícios, destacando-se o Forte de Nossa Senhora dos Remédios, cujas ruínas foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 11 de novembro de 1937.[30][46] A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, contemporânea ao Forte, de feição barroca-rococó simplificada, também foi tombada, sendo restaurada em 1988 pelo IPHAN.[47] Também são marcos arquitetônicos dignos de nota a antiga Casa de Banho e os remanescentes de outros fortes, como o Santo Antônio, o São Pedro do Boldró, o São João Batista dos Dois Irmãos.[46] Em 2017 o Conjunto Histórico de Fernando de Noronha foi tombado pelo IPHAN e declarado Patrimônio Cultural do Brasil, incluindo as fortificações, o conjunto urbano da Vila dos Remédios, a Vila da Quixabá, a Capela de São Pedro dos Pescadores e o prédio da Air France.[48]

Além do interesse histórico mencionado anteriormente, o arquipélago tem sido alvo da atenção de vários cientistas dedicados ao estudo de sua flora, fauna, geologia, etc. O local também é considerado uma "entidade" separada pela Century DX club e, por isso, é visitado com bastante frequência por operadores de rádio amador.

Em 2009, o voo Air France 447 desapareceu ao largo da costa nordeste do Brasil. Presumiu-se que a aeronave caiu no Oceano Atlântico, próxima a de Fernando de Noronha. Operações de salvamento e resgate foram lançadas a partir da ilha.

Geografia

Fotografia aérea da ilha principal do arquipélago

Golfinhos na Baía dos Golfinhos.

Nuvens carregadas cobrindo o céu de Fernando de Noronha. Os meses mais chuvosos na ilha são março, abril e maio.[49]

De acordo com a divisão regional vigente desde 2017, instituída pelo IBGE,[50] Fernando de Noronha pertence às Regiões Geográficas Intermediária e Imediata do Recife.[51] Até então, com a vigência das divisões em microrregiões e mesorregiões, fazia parte da microrregião de Fernando de Noronha, que por sua vez estava incluída na mesorregião Metropolitana do Recife.[52]

Geologia

As ilhas deste arquipélago são as partes visíveis de uma cadeia de montanhas submersas. Fernando de Noronha é composto por 21 ilhas, ilhotas e rochedos de origem vulcânica, e possui uma área total de 26 km².[53] A ilha principal compreende 91% da área total do arquipélago, com uma área de 17 km², sendo 10

km de comprimento e 3,5 km de largura no seu ponto máximo. A base dessa enorme formação vulcânica está cerca de 4 000 metros abaixo do nível do mar. O planalto central da ilha principal é chamado de "Quixaba". As ilhas da Rata, Sela Gineta, Cabeluda e São José, juntamente com as ilhotas do Leão e Viúva compõem praticamente todo o restante do arquipélago.[54]

Flora e fauna

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lista 15 possíveis espécies de plantas endêmicas do arquipélago, incluindo espécies dos gêneros *Capparis noronhae* (duas espécies), *Ceratosanthes noronhae* (três espécies), *Cayaponia noronhae* (duas espécies), *Moriordica noronhae*, *Cereus noronhae*, *Palicourea noronhae*, *Guettarda noronhae*, *Bumelia noronhae*, *Physalis noronhae* e *Ficus noronhae*. [55]

As ilhas têm duas aves endêmicas - a cocoruta (*Elaenia ridleyana*) e o Noronha Vireo (*Vireo gracilirostris*). Ambas estão presentes na ilha principal; Noronha Vireo também está presente na Ilha Rata. Além disso, há uma corrida endêmica do avoante *Zenaida auriculata noronha*. Um roedor sigmodontine endêmico, *Noronomys vespucii*, citado por Américo Vespúcio, está extinto.[56] As ilhas têm dois répteis endêmicos, *Amphisbaena ridleyi* e *Trachylepis atlantica*. [57]

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha é uma unidade de conservação de proteção integral administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Criado em 1988, ocupa a maior parte do arquipélago e possui uma variedade de fauna e flora únicas. Ótimo local para turismo, porém, devido à fiscalização do ICMBio, algumas das ilhas têm a visitação controlada. Boldró é onde está localizado o centro de convenções do Projeto TAMAR/ICMBio. Seu nome foi dado por militares americanos e é originário da expressão em inglês Bold Rock, que significa Pedra Saliente em português.

Clima

O clima da ilha é o tropical (do tipo As' na classificação climática de Köppen-Geiger, quente o ano todo, com temperatura média anual de 26 °C e chuvas concentradas entre fevereiro e julho, sendo abril o mês mais chuvoso (290 mm). A amplitude térmica é muito pequena, característica da região da Linha do Equador. Ao longo do ano a temperatura da água do mar varia entre 26 °C e 28 °C. Com mais de 2 900 horas de sol por ano, a umidade do ar é relativamente elevada, com médias mensais entre 70% e 90%. [49][58][59]

Dados climatológicos para Fernando de Noronha (1961-1990)

	Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Temperatura máxima média (°C)	29,8	30	29,7	29,6	29,2	28,7	28,1	28,1	28,7	29,1	29,5	29,8	29,2	
Temperatura média compensada (°C)	27	27,1	26,9	26,7	26,6	26,2	25,7	25,7	26	26,3	26,6	27	26,5	
Temperatura mínima média (°C)	24,9	24,8	24,6	24,5	24,5	24,2	23,8	23,8	24,1	24,4	24,6	24,9	24,4	
Precipitação (mm)	63,1	110,6	263,6	290,3	280,3	190,2	122	37	18,5	12	13	17,8	1 418,4	
Umidade relativa compensada (%)	78	76	81	84	83	81	81	77	73	75	75	76	78,3	
Horas de sol	250,6	209,3	189,5	238,8	208,4	222,5	224,7	260,2	265	285,3	281,5	271,2	2 907	

Fonte: Climate Charts/NOAA.[49][59]

Praias

Mapa do Arquipélago de Fernando de Noronha

Mar de Dentro

Baía de Santo Antônio, (onde fica localizado o porto)

Praia da Biboca

Praia do Cachorro, na Vila dos Remédios (no centro histórico da ilha)

Praia do Meio

Praia da Conceição ou de Italcable

Praia do Boldró, na Vila Boldró

Praia do Americano

Praia do Bode

Praia da Quixabinha

Praia da Cacimba do Padre

Baía dos Porcos

Baía do Sancho (baía de águas transparentes, cercada por falésias cobertas de vegetação)

Baía dos Golfinhos ou Enseada do Carreiro de Pedra

Ponta da Sapata

Mar de Fora

Praia do Leão

Ponta das Caracas

Baía Sueste

Praia de Atalaia

Enseada da Caeira
Buraco da Raquel
Ponta da Air France

Problemas ecológicos

Imagem de satélite do arquipélago

Embora protegida pela designação de parque nacional, muito do seu ecossistema terrestre está destruído. Um levantamento realizado em 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente mostrou que os recursos naturais da ilha já estavam em vias de esgotamento e que o turismo, que não para de crescer, tem sido muito prejudicial ao ambiente, produzindo danos vastos e alguns irreversíveis, entre eles acúmulo de lixo, favelização, falta de água, desigualdade social e perda de habitat de espécies endêmicas.[60]

A maior parte da floresta original foi cortada na época em que a ilha funcionava como presídio, para tornar mais difícil que prisioneiros se escondessem ou construíssemjangadas para fuga.[42] Vários animais e plantas exóticos foram introduzidos na ilha e se tornaram invasores. A linhaça, originalmente introduzida com a intenção de alimentar gado, atualmente se dissemina pelo território sem controle, ameaçando o que resta da vegetação original. Outra espécie invasora é o lagarto conhecido como teiú, originalmente introduzido para tentar controlar a infestação de ratos. A ideia não funcionou, uma vez que os ratos são noturnos e o teiú diurno, e o lagarto passou a ser considerado praga. Ratos e gatos, que são a maior ameaça, estão sendo controlados através de projeto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Outras espécies exóticas que ameaçam a ecologia da ilha são as garças-vaqueiras, lagartixas, sapo-boi, pererecas, camundongos e mocós.[61][62]

Sem a cobertura das plantas, a ilha não retém água suficiente durante a estação seca, e a vegetação adquire um tom marrom, secando como consequência. Observa-se também a incoerência da permissão de criação de ovelhas na ilha, ao mesmo tempo em que se pede aos visitantes que preservem a Mata Atlântica insular, em recuperação.

Economia

Placa indicativa das trilhas ecológicas.

O arquipélago de Fernando de Noronha possuía em 2015 um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 98 593,63 mil e um PIB per capita de R\$ 33 649,70. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do distrito estadual foi calculado em 0,788 (PNUD/2010).[6] No arquipélago existem duas

agências bancárias, uma do Banco Santander e outra do Banco Bradesco além de um Banco Postal (Banco do Brasil) na agência dos Correios na Vila dos Remédios.

Turismo

Fernando de Noronha é um dos melhores lugares para a prática de mergulho do mundo

Ruínas do Forte Santana.

As praias de Fernando de Noronha são promovidas para o turismo e o mergulho recreativo. Devido à Corrente Sul Equatorial, que empurra a água quente da África para a ilha, o mergulho a profundidades de 30 a 40 metros não exige uma roupa de mergulho. A visibilidade debaixo d'água pode chegar a até 50 metros.

Próximo à ilha existe a possibilidade de se fazer um mergulho avançado e visitar a Corveta Ipiranga, que repousa a 62 metros de profundidade, depois de ser afundada naquele ponto intencionalmente, após um acidente de navegação.

A ilha conta com três operadoras de mergulho, oferecendo diferentes níveis de qualidade de serviço. Além disso, o arquipélago conta com interessantes pontos de mergulho livre, como a piscina natural do Atalaia, o naufrágio do Porto de Santo Antônio, a laje do Boldró, dentre outros. O arquipélago possui diversificada vida marinha, sendo comum observar diversas espécies de peixes recifais, tartarugas e eventualmente tubarões e golfinhos.

Pontos turísticos

Forte de Nossa Senhora dos Remédios

Fortim da Praia da Atalaia

Igreja de Nossa Senhora dos Remédios

Morro Dois Irmãos

Palácio de São Miguel

Reduto de Nossa Senhora da Conceição

Reduto de Santa Cruz do Morro do Pico

Reduto de Santana

Reduto de Santo Antônio

Reduto de São João Batista

Reduto de São Joaquim
Reduto de São José do Morro
Reduto de São Pedro da Praia do Boldró
Reduto do Bom Jesus

Transporte

A ilha principal é servida pela BR-363, única rodovia federal localizada em todo o país dentro de uma ilha oceânica. A construção da BR-363 foi autorizada em 1974, ainda na época do Território Federal. A rodovia tem 7 km de extensão, e liga o Porto de Santo Antônio à Baía do Sueste, interligando lugares como o aeroporto, áreas urbanas, estradas vicinais e os acessos às praias.[63] Além da locomoção por táxi ou buggy, o transporte também é realizado por uma única linha de ônibus (Porto/Sueste), com três veículos, que transitam em intervalos de 30 minutos com passagem no valor de R\$ 5 para turistas, sendo gratuito para moradores da ilha.[64]

Cultura

Comunicação

Fernando de Noronha conta com 2 veículos de comunicação locais: a TV Golfinho canal 11, afiliada à TV Cultura, e a FM Noronha 96,9 MHz. As emissoras são as únicas a levar conteúdo local diariamente para os ilhéus, e chegaram em 1982, tendo sido os primeiros meios de a população da ilha assistir televisão e ouvir rádio.[65]

Esportes

Fernando de Noronha é, reconhecidamente, um dos melhores lugares do Brasil para a prática do surfe, e suas ondas tubulares e cristalinas atraem surfistas para praias como a Cacimba do Padre, Boldró, Cachorro, entre outras. Além disso, em Fernando de Noronha há a prática de esportes, entre eles o futebol, voleibol, futebol de salão e futebol de areia. Possui competições das quatro categorias, chamada "Copa Noronha", sendo a Copa Noronha de Futebol, Copa Noronha de Voleibol, Copa Noronha de Futsal e Copa Noronha de Futebol de Areia, respectivamente. Há também a Copa Noronha de Futebol Masters, para jogadores com idade acima de 30 anos. Todas as competições são organizadas pelo Conselho de Esportes de Fernando de Noronha, setor esportivo do governo distrital.

Vista panorâmica da Praia da Conceição

Ver também

Fortificações na Ilha de Fernando de Noronha

Forte de Nossa Senhora dos Remédios de Fernando de Noronha

Copa Noronha de Futebol

Lista de governadores de Fernando de Noronha

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). «Fernando de Noronha». Consultado em 4 de agosto de 2018. Cópia arquivada em 4 de agosto de 2018

Governo de Pernambuco. «Administração Geral de Fernando de Noronha». Consultado em 4 de agosto de 2018. Cópia arquivada em 4 de agosto de 2018

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. «Busca Faixa CEP». Consultado em 1 de fevereiro de 2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). «Área territorial oficial». Consultado em 10 de janeiro de 2021. Cópia arquivada em 16 de outubro de 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (31 de agosto de 2020). «Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 31 de agosto de 2020». Consultado em 10 de janeiro de 2021

Atlas do Desenvolvimento Humano (29 de julho de 2013). «Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil» (PDF). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Consultado em 31 de agosto de 2013. Cópia arquivada (PDF) em 8 de julho de 2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018). «Produto Interno Bruto dos Municípios - 2018». Consultado em 3 de janeiro de 2021. Cópia arquivada em 4 de agosto de 2018

Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (Relatório Completo). Página visitada em 20 de dezembro de 2013.

«História de Fernando de Noronha». Noronha.com.br. Consultado em 4 de janeiro de 2015. Arquivado do original em 25 de abril de 2012

«História de Fernando de Noronha». Brasil Escola. Consultado em 11 de janeiro de 2016

«Fernando De Noronha». PUC-PR. Consultado em 11 de janeiro de 2016

«Unesco declara Fernando de Noronha Patrimônio da Humanidade». Folha de S.Paulo. Consultado em 30 de janeiro de 2015

Pessoa, Gláucia Tomaz de Aquino. Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894). Arquivo Nacional, 2014, pp. 11-33

Nascimento, Grazielle Rodrigues do. "No Tempo dos Loronhas se Erguia uma Ilha-Presídio no Atlântico (1504-1800)". In: Revista Crítica Histórica, 2010; I (1)

Uma cópia autêntica desta carta nunca foi encontrada. Seu conteúdo e data, no entanto, são resumidos em carta régia de 3 março de 1522, confirmando isso, e ainda numa outra carta régia de 20 de maio de 1559, que identifica a localização de São João precisamente como a ilha Fernando de Noronha. Duarte Leite (1923: p.276-8); Roukema (1963: p.21).

Markham, Clements (ed.). The Letters of Amerigo Vespucci and Other Documents Illustrative of His Career. Hakluyt Society, 1894

Lendas da Índia, p. 152.

Veja a versão em inglês da carta em Letter to Soderini

Roukema (1963: p.22)

Roukema (1963: p.21)

Para o termo "Anaresma", veja Henry Harisse (1891) *The Discovery of North America* (1961 ed., p.319) and Orville Derby (1902) "Os mappas mais antigos do Brasil", *Revista do Instituto Historico e Geografico de São Paulo*, vol. 7, p.244. This reading was insisted upon later by historian Marcondes de Sousa (1949) *Américo Vespúcio e suas viagens* (São Paulo). Essa hipótese causou uma breve controvérsia com outros historiadores, e.g. Damião Peres, Duarte Leite.

A teoria da mancha de tinta foi sugerida por Duarte Leite (1923: p. 275-8).

Roukema (1963: p.19-22).

veja Greenlee (1945: p.11n) e Roukema (1963:p.19).

Roukema (1963) aceita a hipótese de uma expedição em separado não registrada em 1501 - e que esta pode ser a única liderada por André Gonçalves. No entanto, Greenlee (1945) rejeita a teoria da expedição não registrada, considerando-a supérflua e abraça a teoria do navio perdido (e que este navio era comandado, pessoalmente, por Fernão de Loronha).

Roukema (1963) rejeitou esta teoria.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (p.235)

João de Barros, *Decadas da Asia*, vol.1, p.466; Damião de Góis, *Chronica de D.Manuel*, p.84. Veja Roukema (1963).

Duarte Leite (1923: p.276-8)

Widmer, Glória Maria. O título de patrimônio da humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha. Tese de Doutorado. USP, 2007, pp. 114-120

IBGE. História: Fernando de Noronha Pernambuco - PE, 2017

«Image of 'sketches of the island of fernando noronha', south atlantic, 1828-1831.». Science Museum. Science & Society Picture Library. Consultado em 24 de fevereiro de 2012

FitzRoy, R. (1839) *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle between the years 1826 and 1836*, London: Henry Colburn, pp. 24–26.

FitzRoy, R. (1839) *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle between the years 1826 and 1836*, London: Henry Colburn, pp. 58–60.

Keynes, R. D. (ed.). *Charles Darwin's Beagle diary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 39.

Darwin, C. R. (1839) *Journal and remarks. 1832-1836*. London: Henry Colburn, 10–11.

Darwin, C. R. *Geological observations on the volcanic islands visited during the voyage of H.M.S. Beagle*, London: Smith Elder and Co., pp. 23–24.

«History of the Atlantic Cable & Submarine Telegraphy - La Compagnie des Câbles Sud-Américains». atlantic-cable.com. Consultado em 24 de setembro de 2021

«History of the Atlantic Cable & Submarine Telegraphy - Italcable». atlantic-cable.com. Consultado em 24 de setembro de 2021

Cancelli, Elizabeth. "Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas". In: História: Questões & Debates, 2005; 42:141-156

"A ilha de Fernando Noronha". O Cruzeiro, 03/08/1930

Scioffi, Silvio. "Fernando de Noronha: História da ilha remete ao inferno e ao paraíso". Folha de S.Paulo, 31/03/2005

USAFHRA Document 00001957

World Heritage List. Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves. UNESCO.

IPHAN. Patrimônio Natural Mundial - Fernando de Noronha (PE).

IPHAN. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Fernando de Noronha (PE).

Menezes, José Luiz Mota. Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Projecto Património de Influência Portuguesa.

Conjunto Histórico de Fernando de Noronha é o mais novo Patrimônio Cultural do Brasil. IPHAN, 22/96/2017

«Climate Statistics for Fernando de Noronha, Brazil 1961–1990» (em inglês). National Oceanic and Atmospheric Administration. 1961–1990. Consultado em 12 de outubro de 2014[ligação inativa]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). «Divisão Regional do Brasil». Consultado em 4 de agosto de 2018. Cópia arquivada em 4 de agosto de 2018

Erro de citação: Etiqueta <ref> inválida; não foi fornecido texto para as refs de nome IBGE_DTB_2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). «Divisão Territorial Brasileira 2016». Consultado em 4 de agosto de 2018

«Fernando de Noronha - IBGE Cidades». Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consultado em 17 de janeiro de 2015

Carlos Secchin, Clóvis Barreira e Castro, Arquipélago de Fernando de Noronha, 2.^a ed. 1991.

«Fernando de Noronha» Islands of Brazil, UN System-wide Earthwatch

Carleton, M.D. and Olson, S.L. 1999. Amerigo Vespucci and the rat of Fernando de Noronha: a new genus and species of Rodentia (Muridae, Sigmodontinae) from a volcanic island off Brazil's continental shelf. American Museum Novitates 3256:1–59.

Mausfeld, P., Schmitz, A., Böhme, W., Misof, B., Vrcibradic, D. and Duarte, C.F. 2002. Phylogenetic affinities of Mabuya atlantica Schmidt, 1945, endemic to the Atlantic Ocean archipelago of Fernando de Noronha (Brazil): Necessity of partitioning the genus Mabuya Fitzinger, 1826 (Scincidae: Lygosominae). Zoologischer Anzeiger 241:281–293.

«Clima: Quando visitar Fernando de Noronha». Consultado em 4 de março de 2015. Arquivado do original em 2 de abril de 2015

«Fernando De Noronha, Brazil: Climate, Global Warming, and Daylight Charts and Data» (em inglês). Climate Charts. Consultado em 5 de junho de 2014. Cópia arquivada em 13 de outubro de 2014

Watson, Alice. "Fernando de Noronha, o paraíso ameaçado". O Eco, 10/05/2011

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. "A caça aos ratos em Fernando de Noronha".

Silveira, Evanildo da. "Gatos voltam à vida selvagem e ameaçam espécies nativas de Fernando de Noronha". BBC, 27/02/2019
«Sustentabilidade marca obra na BR-363/PE, na ilha Fernando de Noronha». Ministério da Infraestrutura. 8 de novembro de 2017.

Consultado em 24 de setembro de 2021

«Circulação de ônibus é suspensa em Noronha para reduzir contágio pelo coronavírus». G1. Consultado em 24 de setembro de 2021

«Sistema Golfinho de Comunicação». www.prontotecnologia.com.br. Fernando de Noronha. Consultado em 14 de julho de 2020

Notas

Por ser um distrito estadual de Pernambuco, não há prefeitos eleitos e sim administradores gerais nomeados pelo governador para exercer a função executiva que seria a de um prefeito.[2]

Bibliográficas

Duarte Leite (1923) "O Mais antigo mapa do Brasil" in História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol.2, pp. 221–81.

Greenlee, W.B. (1945) "The Captaincy of the Second Portuguese Voyage to Brazil, 1501-1502", The Americas, Vol. 2, p. 3-13.

Roukema, E. (1963) "Brazil in the Cantino Map", Imago Mundi, Vol. 17, p. 7-26